

gênese na carga tributária, avalia Hingel

Perfil



FOTOS: DANI BARCELLOS/ESPECIAL/JC

Ricardo Hingel é economista com trajetória no mercado financeiro. Atuou por 11 anos como diretor do Banrisul, sendo responsável por seu IPO (Oferta Pública Inicial) durante o período. Também teve passagem pelo BTG Pactual. Foi diretor de secretarias de Estado, tendo sido o responsável técnico pelas negociações que trouxeram a General

Motors e a Ford para o Rio Grande do Sul. Iniciou carreira no Badesul, no qual atuou na análise e acompanhamento de projetos financiados com recursos do BNDES. Atualmente atua como consultor empresarial, conselheiro de empresas e palestrante. Em 2026, lançou o livro "Brasil: um país que insiste em não dar certo".

Estado grande em uma sustentação do projeto de poder. Porque não existe conquista de poder e manutenção de poder sem recurso orçamentário - para questões lícitas e para questões ilícitas.

JC - O senhor falou da disciplina fiscal do tripé macroeconômico de FHC. Por que isto não pode ser a principal referência?

Hingel - O número principal não é o superávit, mas o que compõe o superávit. Então, praticamente toda a arrecadação brasileira vai para a despesa de custeio, e alimenta a inflação. Essa carga tributária é um componente estrutural para a nossa inflação - o que está sempre pressionando é o gasto público. Então, ele pressiona a inflação, pressiona as contas públicas, pressiona a dívida. A nossa dívida é impagável.

JC - Conceitua o Brasil como uma economia socialista, e vinculou isso à carga tributária de FHC. Países desenvolvidos da Europa têm cargas tributárias superiores à brasileira. Eles também são socialistas, na sua avaliação?

Hingel - Sim, eles, em tese, seriam. O meu conceito é um pouco

diferente. (Um país) é socialista porque um terço de tudo é a carga bruta, fora os efeitos. Ou seja, é uma economia dominada com viés de gasto, porque eu não tenho decomposição. A Alemanha perde 40%, só que investe. Não usa tudo no custeio.

JC - Mas aí a disciplina fiscal também não é um entrave no investimento? Até porque muitos destes países trabalham com déficits...

Hingel - Mas não devem. Como é que você cobre o déficit? Você pressiona a dívida. Então o correto é não ter déficit. O déficit tem que ser analisado como uma questão contingencial, temporária. Não pode trabalhar sempre com o déficit.

JC - O déficit tem que ser estratégico...

Hingel - Ele tem que ser estratégico. Ele é eventual. Eu digo assim: a perpetuação do Estado grande é o mesmo que acreditar no modo contínuo, que na física não existe e também na economia não existe. Então tu podes (trabalhar com déficit) por um determinado momento, agora não pode acreditar que gasto é vida, que gasto é investimento.

mas também externo. Além de questões de gastos do governo, as guerras e tarifas de outros países também podem impactar...

Hingel - O agente financeiro trabalha no conjunto de variáveis. Então ele pega no conjunto de variáveis.

JC - Tem uma subjetividade...

Hingel - Tem, mas aí é que está. A diferença entre o milhão e o bilhão é você acertar a subjetividade melhor do que eu. Mas o conjunto de variáveis trabalhadas é a mesma; o que muda são as leituras. Tudo se trabalha com variáveis.

JC - O seu livro trata de insistências do País para não dar certo. No que o Brasil precisa insistir para dar certo?

Hingel - Bom, primeiro, se o Brasil não entender que a carga tributária é a gênese (dos problemas)... Por exemplo, a carga tributária norte-americana é 27%, e quando você olha o tamanho da carga tributária, você tem que levar em consideração a capacidade de contribuição para a sociedade. O Brasil tem uma renda per capita quase 10 vezes menor que a dos EUA. Ou seja, o norte-americano poderia estar pagando 34%. Eu acho que esse é o primeiro ponto: a gente entender que o nível de despesa pública e de gasto é que gera a carga tributária, e que a carga tributária é a gênese disso, e que gera todos os efeitos colaterais, e é isso que condena o Brasil ao subdesenvolvimento. Começa por aí, e é essa carga que gera as distorções, os desperdícios, os privilégios. O Brasil é a capital, eu acho, do privilégio adquirido. A gente confunde direito adquirido com privilégio adquirido. A gente fala no direito do cidadão, mas não fala do direito da sociedade. Nós temos o código de defesa do consumidor, mas nós não temos o código de defesa do empresário. O empresário não tem direito no Brasil, e o empresário paga a conta. A indústria brasileira é uma grande vítima do modelo econômico brasileiro.

JC - O senhor também defende agregar valor ao que se produz no Brasil...

Hingel - O Rio Grande do Sul é um grande produtor de soja. Aí a gente briga para melhorar a condição de transporte para o Porto de Rio Grande para exportar soja. Quando exporta soja, tu estás exportando o valor agregado. Porque o chinês vai pegar e vai transformar aquilo em biodiesel, vai transformar em óleo. No Paraná eles agregaram valor à produção. É a palavra chave que eu trago neste trabalho, de transformar o nosso agronegócio, que é muito

bom, em agroindústria. Que é aí que eu agrego. No Brasil é a mesma coisa. O Brasil tem terras raras. Vai se mandar a terra rara embora? Quem sabe o produto, e não sou especialista nisso, mas imagino nessa lógica de agregar valor, tenho que pegar aqueles metais raros, beneficiar e chegar um dia até o produto final.

JC - E que políticas o governo brasileiro pode implementar para influenciar o setor privado a avançar na valorização dos produtos?

Hingel - Tem que ver as condições. O Brasil tem problema logístico e falta uma infraestrutura adequada. Isso é uma condição, é o custo Brasil, e eu analiso o custo Brasil. O custo Brasil é composto por doze variáveis básicas, então ele pega desde a parte tributária, até infraestrutura, logística, energia... Aí eu analiso as doze variáveis e a conclusão que eu chego é que nas doze variáveis tu tens a mão do setor público.

JC - E na questão do gasto público, onde avalia que o governo tem que gastar menos de forma a não colapsar os serviços públicos? Boa parte do orçamento do brasileiro vai para a dívida...

Hingel - Arredondando, R\$ 5 bilhões é o total do gasto, e R\$ 3 bilhões é a questão da despesa mesmo, e tu tens mais R\$ 2 bilhões que é o efeito da dívida. Eu acho que é muito desperdício, muito privilégio, muito desvio, e a gente não tem noção do custo da corrupção efetiva. Porque só no exemplo dessas emendas parlamentares, que é 'titica', o que já dá de desvio. Agora imagina em toda máquina. Acho que há deficiências de auditoria, fiscalização, e o caso Master mostra isso. O Master mostrou que a fiscalização do Banco Central não estava adequada ao momento atual do sistema financeiro. O sistema tomou um tamanho e uma complexidade muito maiores, e a estrutura do Banco Central não acompanhou. O que o Brasil precisa? Eu concluo que precisa da reforma fiscal; não precisa da reforma tributária. A tributária vem depois. Eu preciso da fiscal, porque a fiscal traz a despesa, então preciso da reforma administrativa. Na reforma administrativa, se acaba com distorções de remunerações e tal, mas também de funcionamento. O Estado está inflado, está inchado, umas discussões que a gente faz, é o seguinte: dá pra digitalizar 100% do serviço público hoje, é só querer, está muito abaixo disso. Tem que trabalhar a reforma administrativa para saber qual é efetivamente o teu limite de gasto, e depois se vê a tributária.

JC - E o risco não é só interno,